

A INCLUSÃO SOCIAL SOB A VISÃO DO DEFICIENTE

GISELI ALVES DA SILVA

Resumo

O presente artigo pretende tecer uma discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência e as reflexões acerca das suas reais necessidades educacionais. A função da escola e do professor é relevante no processo de inclusão. Para tanto, esta investigação apresenta-se como pesquisa descritiva e traz a importância das relações entre professor, escola e aluno. É esta relação de conhecimento e respeito, que garantirá o sucesso ou o fracasso da aprendizagem. Uma vez que a escola ainda é vista como local de seleção, onde avalia os mais aptos, torna-se uma necessidade a contínua formação dos educadores e do próprio sistema educacional. Apresentaremos por fim, as discussões realizadas com professores do ensino regular sobre a prática escolar no processo de inclusão e a visão que os alunos deficientes têm em relação a ela.

Palavras-chave: Inclusão. Escolarização. Necessidades especiais

INTRODUÇÃO

A inclusão como movimento social, político e educacional, é sem dúvida, um dos maiores desafios, desde a década de 70. Ela assiste e defende o direito que todo o cidadão possui de ir e vir na sociedade. Também defende que estes indivíduos sejam respeitados e aceitos apesar das dificuldades que apresentam, as quais os diferenciam uns dos outros. Não envolve apenas o indivíduo, mas a família, a escola e toda a sociedade. No âmbito escolar, a inclusão, como direito fundamental e inegável a qualquer grupo social, vem defender o desenvolvimento das habilidades educacionais de cada estudante, bem como suas qualidades e limitações fatores essenciais para o pleno exercício da cidadania.

Para discutir a temática da inclusão, utilizei referências teóricas de autores da área e da legislação pertinente e questionei estudantes com deficiência para verificar a visão que os mesmos tem sobre inclusão.

Nas escolas públicas nas quais tenho trabalhado, constantemente faço observações e conversas com professores e estudantes sobre as dificuldades e possibilidades de aprendizagem. Essas experiências manifestaram em mim, o desejo de falar sobre os estudantes, mas não falar dele, mas com ele, a partir de

seu modo de ver e interagir no espaço escolar e não apenas do olhar do professor. Questões simples, como lhes perguntar como estes se sentem em sala de aula, como interagem com os colegas, podem revelar, como as crianças ou adolescentes com deficiência sentem-se na escola.

A escolha dessa pesquisa se deu a partir da necessidade de entender o processo de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino do Município de Imbituba e assim, poder entender a sociedade num todo. Esta sociedade que precisa lutar diariamente para superar seus preconceitos centenários e assim, rever as definições de valores, traçando novos paradigmas em favor de uma educação realmente inclusiva.

Para realizar essa investigação alguns caminhos foram traçados. Conforme, Leonel e Motta (2007, p. 69), “Para todas as atividades da vida humana é necessário escolher a melhor via, o melhor caminho, isto é, o melhor método.” A pesquisa configurou-se numa abordagem dialética, “a dialética é uma abordagem que tem como objetivo a obtenção da verdade a partir da observação e superação das contradições dos argumentos, implicando no clássico raciocínio da tese, antítese e síntese”. O procedimento usado foi o estudo de caso.

Como instrumento para captação dos dados, foi utilizado entrevista individual semi estruturadas (apêndice A). A amostra foram crianças e professores de duas escolas municipais com o maior número de estudantes incluídos. Os dados sobre o número de estudantes com deficiência nas escolas foram obtidos na Secretaria de Educação Municipal de Imbituba.

De posse dos dados visitei as escolas, conversei com a direção, apresentei o projeto de pesquisa, marquei a data da entrevista com os professores indicados pela mesma.

Nos dias da entrevista estavam presente professor e aluno. Na escola 1 entrevistei, 02 professores e 04 estudantes. Estes adolescentes são diagnosticados com: Encefalopatia aguda não específica, atraso psicomotor, DI sem traços de autismo, DI, TDAH com mental moderado, TDA, e um estudante com retardo de três anos.

Na escola 2 entrevistei, 1 segundo professor que acompanha a aluna em sala e o professor da sala de AEE, que trabalha com os alunos em sua própria sala, previamente agendada para receber estes estudantes da escola. Este docente trabalha todos os dias e também recebe uma aluna de outra escola municipal.

Entrevistei 05 crianças, cujos diagnósticos são DI moderado, autismo, Deficiência múltipla (visual, autismo, hidrocefalia) e síndrome de Down.

Embora o objetivo fosse ouvir os estudantes, quem mais se fez ouvido foi o professor, pois, esses tentavam o tempo todo, traduzir a fala das crianças e adolescentes, deixando assim a observação de comportamento, gestos, olhares e poucas palavras, como fator relevante para a análise da entrevista.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E NO MUNDO

Houve um período pregresso aonde as pessoas não apresentavam as ditas “condições normais” para estarem inseridas na sociedade e, portanto, a escola e o aprendizado era uma realidade totalmente descartada. Na antiga Grécia, a deficiência era totalmente ignorada, pois a perfeição do corpo era visto como condição primordiais para a ser participante da sociedade, e uma pessoa com qualquer tipo de deficiência, era, portanto, considerada imprópria, uma verdadeira ofensa ao povo.

Desta forma, uma criança que nascesse ou depois com o passar do tempo, apresentasse alguma deficiência, seria analisada por um conselho que decidiria por sua vida ou por sua morte. A criança destinada à morte era conduzida ao Apothetai, um tipo de depósito. Assim como em Roma, viviam na Grécia muitas personagens que apresentavam alguma deficiência: Homero, por exemplo, era cego; Demóstenes, gago; Alexandre, o Grande, sofria de epilepsia. Ainda que "no tempo de Aristóteles, havia, em Atenas, 20 mil pessoas portadoras de deficiências, que correspondiam a aproximadamente 20% de toda a população, recebendo pensão do Estado", p. 08. Número consideravelmente alto para uma sociedade que cultuava a beleza física. A morte de muitas crianças e soldados que retornavam das batalhas consideravelmente mutilados, era normal, pois se acreditava que estes seriam aqueles que perpetuariam a deficiência, logo, a morte seria a solução dos problemas. E esta cultura era inserida também na mente das pessoas que não viam

outra forma de agir e de pensar, aceitando que suas vidas e as vidas de seus entes fossem ceifadas em nome da aparente perfeição.

Na sociedade atual é comum nos depararmos com atitudes semelhantes, quando segregamos nossos alunos de possibilidades de aprendizagem, quando não nos damos a chance de aprender e construir ao lado deles, um universo menos quantitativo e discriminatório. O Brasil vem se adequando à realidade inclusiva gradativamente, o que torna positiva a busca de melhoramentos e a consciência da sociedade. Apesar disso, ainda não somos um país inclusivo, pois muitos são os fatores que se opõem a este processo. Dentre eles, a cultura da beleza ainda impregnada na sociedade e também, pais ainda não aceitam, por exemplo, um filho com necessidades educacionais especiais, dificultando assim a atuação da escola.

Nesta perspectiva de saber cada vez mais sobre o assunto, educadores e educando vêm protagonizando a história da inclusão no país. Ora segregando, ora incluindo, mas buscando alternativas para tornar a vida dessas pessoas e das pessoas que com elas convivem, mais igualitária possível. Tal qual a sociedade romana, algumas vezes eliminamos nossas crianças em nome de uma inclusão que não acontece. Não acontece porque pais não participam da escola, não acontece porque o sistema educacional é falho de subsídios que dariam o apoio correto à aprendizagem do aluno, não acontece inclusão onde a criança ou o adolescente não é desafiado a aprender, onde o professor muitas vezes fecha os olhos para esta realidade que só ele, naquele momento pode fazer tudo para mudar a situação.

Por volta do século XVIII, os esclarecimentos naturalistas a respeito da conduta dos deficientes começam a ser discutido. Segundo PESSOTTI (1984, p.72), "o desenvolvimento da ciência permite questionar os dogmas religiosos e começam a surgir estudos mais sistemáticos na área médica visando explicar tais comportamentos". A partir de então, a medicina começa a ganhar espaço, explicando cientificamente muitas das interrogações da sociedade, apesar de não romper com o paradigma da discriminação social e sim, estabelecendo o início de um atendimento às necessidades básicas de saúde da população, apenas. Assim sendo, podemos afirmar que há uma continuação da exclusão aos deficientes. Com a finalidade de oferecer tratamento médico e abrandar os problemas enfrentados pela família e sociedade, as pessoas com deficiência eram dirigidas aos asilos e hospitais, onde conviviam com prostitutas e loucos.

Durante a Revolução Industrial, na Europa nos séculos XVIII e XIX, entre 1760 a 1860, mais precisamente, o principal objetivo foi trocar o trabalho artesanal pelo assalariado e o uso de máquinas. A sociedade vivia momentos de ascensão econômica. A partir disso, o olhar sobre a deficiência é substituído temporariamente. Considerando o processo de mudanças econômicas e sociais e a produção capitalista, começa a ser exigida a escolarização em massa dos operários. Na sociedade ansiosa pelo crescimento acelerado, começa a ser observado que, boa parte da população não atendia às imposições do momento, não eram eficiente o bastante para assegurar o êxito das produções, ou seja, deficientes, pois não conseguiam aprender conforme os princípios escolares estabelecidas. Esta visão de total desigualdade e incapacidade diante da sociedade se mantém até o final do século XIX, início do século XX, onde começa a ser observada não a mudança de consciência, mas a necessidade criação de asilos para estas pessoas, afim de não “incomodar” mais a sociedade dita “perfeita”. Esta visão de que a deficiência deveria ser assunto somente da medicina tem fundamento, pois quando paramos para tentar entender o porquê das dificuldades na área educacional, nos direcionamos aos laudos. A cada época que passa o cenário do preconceito aos deficientes é modificado, mas nunca extinto totalmente.

Confirmando, portanto que o pré-julgamento fará ou não com que o aluno desenvolva suas potencialidades dentro da escola. Muito comum ouvir os professores ou funcionários das escolas darem aos que estão chegando, o relatório informal e, muitas vezes falso, de determinado aluno, seja ele deficiente ou não. Os rótulos destroem toda e qualquer possibilidade aproximação e conhecimento entre os indivíduos envolvidos. Antes de conhecer o aluno, o professor já sabe como ele reage, mesmo que a sua reação seja de defesa a alguma injustiça, o professor lança o olhar de reprovação àquele aluno que não para sentado, que tumultua a sala de aula, tudo porque alguém o informou que aquele estudante não tem mais jeito e assim a reprodução do preconceito em massa é fecundado e germinado nas escolas. O convívio com a sociedade faz com que o deficiente desenvolva mecanismo de defesa e até meios de comunicação de acordo com suas potencialidades, porém quando isto lhe é negado, lhe nega também o direito de ser promotor de sua própria vida.

Seguindo a trajetória histórica da deficiência, em 1975 a lei de orientação em favor das pessoas deficientes, não se manifesta definitivamente em defini-la,

uma vez que há divergências em todas as abordagens até então apresentadas pelos especialistas, os que se denominam qualificados para definir e classificar o termo. Binet & Simon (1907), dizem que não se pode esperar eficiência de uma ação educativa sobre estes indivíduos, denominando-os sem solução. Estes “anormais”, segundo os autores, são diferentes dos retardados perfectíveis, que podem assimilar certas normas sociais.

Segundo as experiências vividas em escolas onde trabalhei, o pouco conhecimento, em função da falta de formação continuada, aliado ao preconceito que as vezes, vemos, ainda hoje na sociedade, perpassa também por este local. Nos corredores das instituições de ensino, é possível ainda ouvir, profissionais da educação, mencionarem o estudante não pelo nome, mas pela sua deficiência, o que denota o preconceito e a redução do ser humano as suas necessidades especiais. Os rótulos e os laudos impossibilitam que o entorno do deficiente se aproprie de novos pensamentos. Os paradigmas envenenados acabam por tirar as esperanças de quem só pode contar com a inteligência e a percepção de outrem. Quando estas nos faltam, é perdida a cada instante, a grande chance de incluir a criança ou o adolescente num mundo acessível a todos.

Durante os debates sobre a lei de 1975 em favor dos deficientes, muito se falou sobre a “obrigação educativa” mais tarde substituída pela “obrigação escolar”, pois segundo os governantes da época, todas as crianças são educáveis, porém nem todas são escolarizáveis. Nesse período de transição e aplicação da lei, muitas foram as experiências para enfim, receber estas crianças e adolescentes nas escolas, dando a elas o direito de serem escolarizadas e recebidas no meio escolar de forma digna.

Em 1999, o direito fundamental à escolarização é retomado e posteriormente em 2001 e 2002, acontece a revisão da Lei de 1975. Dois anos mais tarde, em 2004, considerou-se a escolarização sobre título geral da acessibilidade. No final da década de 80 e início da década de 90, começa a ser falado mais fortemente em inclusão educacional, ocupando assim, um lugar mais destacado, visto que os Direitos Humanos registraram progresso no terreno das igualdades e exercício deles, buscando cada vez mais, eliminar o preconceito enraizado na mentalidade das pessoas. Mais precisamente em 1989, o Brasil ascende a partir de uma ótica mais realista quanto aos direitos das pessoas com deficiência,

consignando em todos os capítulos da Constituição de forma transversal, este avanço.

Em 2006, o mundo se mobiliza para construir junta à ONU, a convenção internacional sobre pessoas com deficiência, ratificado em 2008 pelo Brasil, no Decreto Legislativo, nº 186 de 09 de Julho. Em 2010, o Governo Federal estabelece num decreto menor, 6949, a Convenção como parte da Constituição Federal.

A Educação Especial surge para apresentar um novo panorama das diversidades. A Declaração Universal de Educação para todos, realizada em Joimten, na Tailândia e a Declaração de Salamanca, traçam um novo olhar sobre a inclusão e os direitos destes indivíduos, bem como a escola em que é matriculado. É inegável que cada vez mais a inclusão esteja sendo praticada e vivenciada, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas.

A LDB EN9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), aponta em seu artigo 1º, que a educação tem como finalidade preparar o aluno para o exercício da cidadania, bem como a sua qualificação para o trabalho. A partir daí, surgem os questionamentos: o aprendizado da leitura e escrita são realmente os fatores determinantes para o preparo da cidadania? O professor prepara estes cidadãos para a vida social? Segundo ROSENTHAL & JACOBSON, 1986, os estudos sobre profecias auto-realizadoras em sala de aula revelam que a expectativa prévia dos professores interfere significativamente no investimento do aluno.

Embora saibamos que as mudanças estão acontecendo e que a inclusão educacional apresenta um avanço positivo, há muito que ser feito, desde a capacitação dos profissionais à humanização, o que caracteriza um desafio cada vez mais difícil de ser encarado.

O IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística no SENSÓ de 2010, fez um levantamento com alteração no questionário, onde pergunta aos entrevistados se estes se entendem como deficientes. A deficiência em questão circulava entre as leves até as mais severas. Os dados quantitativos somaram 23,9% dos entrevistados, um total de 45 milhões de cidadãos, número bastante relevante para que realmente se desenvolvam mais políticas de assistência às pessoas com deficiência.

Após 2008, com a ratificação da convenção, é estabelecido entre outros compromissos, o mais relevante: garantir a igualdade de oportunidade aos

deficientes e não somente a eles, mas principalmente. Isenção de impostos, por exemplo, e o que mais fosse necessário. O mais importante é que o caminho está sendo trilhado e, pouco a pouco a consciência se amplia e gera a canalização desses direitos, favorecendo a elaboração de novos projetos e leis que, cada vez mais, tornem a vida desses indivíduos mais acessível.

Antes de sua deficiência, a pessoa deve ser compreendida e respeitada como agente de suas decisões e atitudes, deve ser reconhecida como sujeito de direito de ir e vir e, portanto, é, antes de tudo, uma pessoa com vida própria apesar de possuir uma deficiência ou física, ou sensorial, ou intelectual que a delimite em algumas circunstâncias durante atividades ou até mesmo de socialização.

O decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008 que aprovou o texto da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e de seu protocolo facultativo, vem nortear as questões relativas aos problemas que, ainda hoje, enfrentamos na sociedade e principalmente nas escolas, e principalmente garante o efetivo direito de desenvolvimento de suas capacidades, uma vez que define a deficiência como um conceito de evolução.

O termo evolução deveria ser empregado também no sentido amplo, abordando também os professores, pois este processo não é isolado. Quando um lado da história se exime de suas responsabilidades visando apenas o dever do outro, o resultado é severamente comprometido. Em alguns casos o ser humano atendido é visto como uma pessoa que está ali, e dali não sai. Deficientes, são aquelas pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ao trocarmos o ser humano e suas especificidades por estereótipos, negamo-nos o privilégio de aprender com a diversidade.

Educação Inclusiva nas escolas da rede regular – desafios e possibilidades.

Se pensarmos no real sentido do termo deficiência, muitas são as deficiências encontradas no processo de ensino e aprendizagem, tanto de estudantes, quanto de professores. No entanto, nossa discussão é no sentido de pensarmos, as necessidades especiais, para os sujeitos que apresentam alguma deficiência na escola.

Assim, partimos do pressuposto que a inclusão não se restringe apenas no sentido morfológico da palavra, mas que a garantia da aprendizagem que a inclusão é mais que inserir os sujeitos com deficiência em uma sala de aula. Esta compreensão, que as vezes é desconsiderada social e culturalmente, com isso, os direitos de aprendizagem acabam não sendo assegurados.

Alguns questionamentos em relação a inclusão educacional nos parecem pertinentes. Como se faz inclusão, tendo como pressuposto a garantia de aprendizagem? Nesse sentido, quais seriam os compromissos das políticas públicas? Do Estado das Redes Educacionais? Pela ótica da escola e do professor, quais seriam os direitos dos estudantes com deficiência em relação ao conhecimento, e como garanti-los? E por fim, o que é inclusão a partir da visão do próprio deficiente? Este último requer mais atenção. Se nos colocarmos todos na discussão, poderes públicos, escola, família, estudantes, estaremos efetivando, a necessária a participação de todos.

A inclusão dos sujeitos com deficiência é um desafio presente não somente nas escolas regulares, mas em toda a sociedade. A falta de formação especializada e de apoio técnico no trabalho com alunos inseridos nas classes regulares, bem como o apoio de pais e da comunidade, refletem na aplicação efetiva desta modalidade. O alicerce da teoria e da metodologia da inclusão educacional se dá a partir da consciência de que todos têm direitos à educação de qualidade, respeitando as diferenças de cada discente. Diante da realidade, cada vez mais cresce abordagens sobre o assunto e identifica-se a importância da preparação desses profissionais que recebem nas escolas, os alunos que necessitam ou não de atendimento diferenciado.

Escola inclusiva depende não somente do espaço físico, mas também de mudanças nas práticas pedagógicas, tais como, à participação de pais e da comunidade em redes colaborativas, enfim, de ações positivas que abracem esta nova realidade educacional. Muitas dessas práticas já estão inseridas nas escolas, porém, o desafio é grande e contínuo. As peculiaridades de cada estudante, dá margem à novas atitudes que tendem a emancipar os alunos com deficiências educacionais. Autores como Goffredo (1992) e Manzini (1999) sinalizam que o processo de implementação da inclusão educacional tem encontrado alguns limites e problemas, enfrentados diariamente, por conta da falta de formação continuada dos professores, além de infra-estrutura adequada e condições materiais para o trabalho pedagógico.

Nas escolas estaduais onde lecionei, nunca presenciei o empenho efetivo, concreto em relação aos alunos com necessidades educacionais. Nos conselhos de classe, a maior preocupação se dá na referida nota. Até há pouco tempo, o estudante com deficiência não recebia nota abaixo de 7,0, inclusive não era retido. O que acontecia, na maioria das vezes era a mera participação deste aluno em sala de aula. Hoje, não completamente, se vê modificada este paradigma de inclusão.

Embora, para a formação inicial dos professores que irão atuar diretamente em sala de aula regular seja recomendada na Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) como fatores fundamentais na mudança destes ambientes educacionais, o que ainda se percebe é que, durante o processo, as instituições formadoras enfatizam o aspecto pedagógico e curricular, sem destacar questões como a diversidade e educação especial, que encontrarão ao longo de sua carreira. Quando se deparam com a realidade nas escolas, precisam do apoio, por meio de formação permanente, que é responsabilidade de Estados e Municípios, e também, de apoio de toda a comunidade escolar, para superar as dificuldades inevitáveis deste processo. Isso, nem sempre, ou raramente acontece se ocorre ainda é deficitário.

A inclusão educacional vem sendo, ao longo dos anos, um processo desafiador, mas aceito por todos, pois é sentida a necessidade de sua aplicação e desenvolvimento constante e também, e talvez e muito mais, porque veio imposta por força de Lei, algo que naturalmente acontece em nossa atual sociedade.

Conforme, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 1998), a escola inclusiva, remete um novo modelo de escola regular, que deve estabelecer no projeto-político-pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, formas que contribuam com a inclusão social afim de atenderem a este público alvo, que desperte nos pais e professores em geral, a obrigatoriedade do respeito à diversidade. Inclusão nunca foi somente a matrícula do aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular, mas dar oportunidade de desenvolvimento de suas potencialidades e suporte para que os docentes consigam exercer o objetivo do qual são desafiados.

O modelo de escola inclusiva, deve ser aquela que se define e realmente é aberta, competente, democrática e acima de tudo, uma escola que prime pela diversidade, aquela que leva em consideração o respeito pelo tempo que cada ser humano necessita para aprender e se desenvolver. A inclusão escolar ocorre com êxito, quando, se consegue perceber os avanços destas crianças e adolescentes na escola, por meio do desenvolvimento adequado das práticas pedagógicas e através da diversidade dos que ali estão. Este sucesso se dá, quando o empenho não parte apenas do segundo professor, mas de todos aqueles que formam a educação escolar.

Sabe-se, porém, há a necessidade de abranger outros tipos de pessoas à dita inclusão, pois sabemos que não somente as crianças diagnosticadas com deficiências são excluídas no ambiente escolar, mas também aquelas que são pobres, aquelas que pouco comparecem às aulas porque precisam trabalhar para que a renda familiar possa suprir suas necessidades básicas, aquelas que vivem sob olhares discriminatórios devido ao local onde residem e também aquelas que, por falência do sistema ou da própria comunidade escolar, acabam sendo retidas muitas vezes e por conseguinte, desistindo da escola. O caminho para a educação inclusiva é uma constante luta contra paradigmas sedimentados, mas, que aos poucos ganha novas faces. Para tanto, as leis devem ser cumpridas e os investimentos por parte do Governo, aproveitados com retidão, justiça, eficácia e rapidez. Escolas que recebem materiais e não disponibilizam por falta de quem os administre é um exemplo de negligência e descaso com a inclusão, materiais que demoram a ser recebidos nas escolas, dificultando o aprendizado do estudante.

Entre tantos outros fatores que impossibilitam um trabalho pleno e concreto em relação à aprendizagem do deficiente, sem dúvida é o despreparo e a

ausência de conhecimento sobre o assunto. Para Staimback e Staimback (1999), o professor pode exercer papel fundamental na educação dos alunos e perceber que estes possuem potencialidades e limitações distintas. Sugerem, a partir daí, a elaboração de atividades que despertem neles, todo esse conjunto de possibilidades que cada um possui, mas que precisa ser estimulada. Segundo os dois autores:

Gerando respostas dessa maneira, os alunos e o professor podem ver que todos têm aptidões e habilidades e que todos precisam de ajuda em algumas áreas. Karen pode ser ótima em leitura, mas pode precisar de ajuda nas brincadeiras no playground. Carmen pode ter dificuldade em matemática, mas é ótima para lembrar-se de coisas e organizar pessoas e atividades. As salas de aula podem tornar-se comunidades de apoio mútuo se os professores promoverem o respeito pelas diferenças e proporcionarem oportunidades diversificadas para os alunos enxergarem uns aos outros de muitas maneiras. (STAIMBACK; STAIMBACK, 1999, p. 299).

Sendo assim, os alunos convivem com a diversidade a todo o momento transformando a sala de aula, um ambiente favorável à inclusão, aprendendo muito além do que o currículo oferece. Em uma escola onde alunos e seus professores são constantemente desafiados a transformarem o todo ao seu redor, deixa ao mesmo tempo, a marca de igualdade, de valores, de cidadania. Todos aprendem a ver o outro como ser diferente e capacitado para aprender e ensinar. Cada qual no seu tempo e seu espaço cultivando a esperança de que o espaço escolar deixe de ser algo pesado e difícil de encarar. As amizades cultivadas e estimuladas diariamente pelo educador tem o poder de transformar o meio, faz com que o estudante com deficiência se instale no ambiente de forma leve, possibilitando assim o aprendizado. Importante é ter o aluno em sala de aula, pois o saber é para todos, porém, mais que um número em sala de aula, este deve ser reconhecido, notado e respeitado.

Observando a questão por outro ângulo, muitos profissionais da educação se mostram alheios aos problemas enfrentados em sala de aula e fora dela e por este motivo, opõem-se mudar o seu jeito de trabalhar, de estimular seus alunos, deixando esta tarefa que é coletiva, restritamente sob o olhar do segundo professor. Segundo professor, profissional, que é contratado, nas escolas estaduais e municipais, em alguns estados, dentre estes, Santa Catarina, para compartilhar a

docência, com o professor titular de sala de aula, em que há crianças ou adolescentes com deficiência diagnosticada.

Não bastasse o fator despreparo e apatia, muitos professores convivem com salas de aula superlotadas e com carga horária completa, o que dificulta ainda mais a elaboração de atividades de apoio para os alunos que necessitam de atenção diferenciada. Sabemos que cada qual apresenta suas diferenças e que ninguém aprende no mesmo tempo que o outro, sendo assim, um professor que sofre há anos a desvalorização de sua profissão, somado ao tempo que precisa estar em sala de aula, resta uma pequena e quase insignificante parcela de contribuição dispensada à classe e desenvolvimento das atividades. Atividades diferenciadas que possibilitem o aprendizado coletivo. Quando isso acontece, quem mais se prejudica e se põe à margem é sempre o mais vulnerável, aquele que não tem voz ou não é ouvido, cabendo assim, receber sua nota acima da média de aprovação, para que culpados não sejam apontados. Obteve a nota, logo absorveu o conhecimento. Triste realidade nas salas de aula regulares atualmente.

A inclusão não se apresenta como uma tarefa fácil, mas também não é impossível. Enquanto nossas salas de aula estão sucateadas, materiais são guardados porque, se colocados ao alcance dos alunos, estes providenciam o seu fim. Ainda convivemos com professores que não dispõem de materiais didáticos suficientes para ministrarem boas aulas, quadro negro e giz corroendo as mãos dos educadores. Professores que precisam sair da sala de aula porque sua saúde emocional não permite sua permanência. Diante deste panorama, é quase impossível falar em atividades diferenciadas, muito menos em atividade extra para alunos com necessidades educacionais especiais. Parece um tanto quanto desanimador, porém verídica.

A ação pedagógica deve ser construída a partir do desejo da mudança e da elaboração de uma escola nova, onde professores não tenham mais que se transformarem em dois para tentarem cumprir suas metas quase sempre não alcançadas, uma escola perfeita, que assista a seus alunos como devem ser assistidos, ainda está longe de ser estabelecida, porém o desafio está lançado e deve ser ultrapassado, em nome de um futuro melhor para todos nós e nossas crianças e adolescentes. Não podemos, entretanto, num diálogo simplista, imaginar que o caminho para a inclusão se dê apenas a partir destas mudanças, muito ainda

precisa ser feito e mudado ao longo desta trajetória e apontar apenas as falhas não resolve, é necessário que tenhamos consciência, conhecimento e perseverança.

Por outro lado, vemos opiniões e sugestões advindas de professores pesquisadores que elaboraram em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecido pelo Ministério da Educação, marco no que se refere à inclusão educacional. Os pesquisadores que elaboraram este documento tratam do assunto a partir do ponto do desenvolvimento da educação inclusiva na escola. Maria Teresa Egler Mantoan, pesquisadora e professora da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), fez parte do grupo que ajudou a elaborar o documento, descrevendo que a única forma de aprender com eficácia é estando junto, participando das atividades com a turma em toda a escola, sem adaptações, o que, segundo o documento, uma ação imprópria para o total desenvolvimento das habilidades do estudante com necessidades educacionais especiais. Define ainda a boa escola, quando esta se transforma para atender estes alunos, independentemente de ter ou não tais necessidades. Um desafio importante a toda a pessoa que pretende avançar seus conhecimentos neste assunto.

Sendo assim, qual é a forma ideal para que haja inclusão nas escolas do ensino regular? Para esta indagação, poderemos não obter resposta imediata, uma vez que inclusão é um processo de desenvolvimento e que, somente com as práticas, se consegue chegar ao objetivo. Uma coisa se sabe, que a escola ideal deve ser aquela que expõe seus conteúdos, explora cada um deles de diversas formas, mas que, acima de tudo, estimula seus alunos a expressarem sua opinião sobre ele. Fato ainda a ser lapidado, visto que nossas escolas vêm de um formato totalmente diferente da autonomia, um formato que não disponibiliza meios para que o estudante expresse seus sentimentos sobre o fato exposto, seus conhecimentos empíricos, tampouco suas sugestões.

O documento, da Educação Especial, prioriza no Capítulo VI, o desenvolvimento de atividades no contra turno para estes estudantes com necessidades educacionais, estabelecendo que, durante as aulas, participem igualmente de todo o processo, sem necessidade desta ou daquela adaptação, uma vez que o currículo é um para todos. A atividade neste período tem como objetivo, ampliar a autonomia e desenvolver cada vez mais suas habilidades.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O professor de sala de aula não precisa ser um especialista em inclusão educacional, mas que tenha noções básicas sobre o assunto e contribua para a independência deste estudante. A escola tem o papel principal, inclusive deve ter registrado no PPP (Plano Político Pedagógico), a construção deste modelo escolar. Para tanto, precisaria desmistificar o formato que ainda se apresenta, onde o professor é o mantenedor do conhecimento. Para que tudo se transforme, o aluno deve ser estimulado a pensar e não somente reproduzir. Esta possibilidade nem sempre é encarada com otimismo, ficando somente na fala dos docentes em reuniões pedagógicas. Mais fácil é culpar o estudante que não se desenvolve que apontar os verdadeiros culpados. O professor passaria a ser o mediador deste desenvolvimento, colaborando para a autonomia do aluno, porém é sabido que muitos fatores implicam para a não efetuação deste modelo escolar.

Incontestavelmente mais fácil é acomodarmos o estudante com necessidades educacionais especiais em uma cadeira e dar a ele um lápis e uma folha em branco para ali, desenvolver rabiscos. Muito mais fácil é deixar que o professor auxiliar se encarregue de escrever em seu caderno, as atividades que o professor titular traz para o restante da turma, que muitas vezes não é adaptada. Um crime por dia é cometido nas salas de aula, quando isso acontece. Fácil negar à criança e ao adolescente o direito inegável ao ensino. Ensino verdadeiramente aplicado, não aquele mascarado, não somente a presença registrada no diário de classe do professor regente que fala que em sua sala ele tem trinta alunos mais um que é deficiente. Ele tem trinta e um. Aquele a quem ele exclui, não é do professor que o acompanha, é de todos, é da escola, da sociedade que prima pela liberdade de expressão muitas vezes negada. Onde está o direito desses cidadãos? Quando foi que os calamos? Quando mencionamos na sala de aula que o aluno X ou Y passará de ano porque é “especial”. Quando não diversificamos as aulas e atividades para todos, não somente àquele que apresenta mais dificuldades que outro, sendo que todos têm limitações, ninguém é totalmente nulo. Nulos somos nós

professores, quando nos igualamos aos primeiros especialistas. Vemos cada vez mais o número de pessoas que necessitam de maior atenção nas salas de aula e por descaso ou falta de instrução, não abrimos as portas como realmente devem ser abertas.

Por esta razão, pelo esquecimento dos valores e a correria do dia a dia, é que nos passa despercebido o eminente valor que determinado ser humano possui e, estando ele em nossa responsabilidade, o abandonamos à própria sorte.

Então, vi que não batia, porque a Teoria as apresentava como poços de deficiências, incapazes de falar, pensar, com problemas de motricidade, de linguagem, emocionais, perceptivos etc. Eu chegava lá e não via nada disso. Via crianças que falavam uma língua que eu entendia, com as diferenças gramaticais que marcam a língua nas diferentes classes sociais, mas eram pessoas que propunham, criavam, refletiam, construía, se viravam em condições quase inviáveis de vida; desenvolviam estratégias de sobrevivência e podiam chegar a fazer críticas fundadas à escola. Essas pessoas me mostraram que os pressupostos da tese da deficiência psíquica estavam errados. (Patto, 2000, citada por Marcondes et al., 2000)

É esse ser humano com potencialidades, que entendemos ser o estudante com deficiência, que pretendemos apresentar a seguir.

Aproximando dos sujeitos da inclusão: a fala dos estudantes e professores

Não é muito fácil, para um professor chegar a escola, com um distanciamento daquilo que cotidianamente vive, mas foi preciso um olhar de investigador, para compreender as falas dos sujeitos. Assim, numa segunda-feira, 08/04/2013, dia em que aconteceu uma formação pedagógica nas escolas, apresentei o projeto de pesquisa às professoras e a partir dos critérios selecionamos o grupo que seria entrevistado. A princípio verificarmos a disponibilidade de realizar as conversas fora do ambiente escolar, mas foi inviável. Caso houvesse mais de dois professores disponíveis, no horário da entrevista, faríamos com o estudante do

professores a maior carga horária, e posteriormente o critério de idade, porém não houve essa necessidade.

Para apresentar a pesquisa, elencarei primeiro os estudantes e o diagnóstico de cada um, a partir daí, os apresentarei em cada questão como estudante 1, 2 e assim por diante.

Escola A:

EA - Estudante 1 – diagnóstico – TDH, (13 a.)

EA - Estudante 2 – diagnóstico – DI, (16 a.)

EA - Estudante 3 – diagnóstico – TDAH com mental moderado e retardo de três anos, (14 a.)

EA– Estudante 4 – diagnóstico- Encefalopatia aguda não específica, atraso psicomotor e DI sem traços de autismo, (15 a.)

Escola B:

EB - Estudante 1 – diagnóstico – Síndrome de Down e DI, (09 a.)

EB - Estudante 2 – diagnóstico – Deficiência Múltipla, (06 a.)

EB - Estudante 3 – diagnóstico – DI e Hiperatividade, (12 a.)

EB– Estudante 4 – diagnóstico – DI, (09 a.)

EB - Estudante 5 – diagnóstico – Autismo, (05 a.)

Durante minha apresentação nas duas escolas escolhidas para a entrevista, expliquei aos estudantes e professores do que se tratava a pesquisa, como seria o procedimento e deixei claro que nela não seriam apresentados os nomes de ninguém, exceto de quem a elaborou. A conversa fluiu normalmente e ao longo dela, algumas perguntas foram muito fáceis de serem respondidas, enquanto em outras, pude perceber que hesitaram um pouco ou nem sequer responderam. Ao serem indagados se gostavam da escola, o E1 da EA relatou que só vem para escola para comer e porque gosta de Educação Física, enquanto o E1 da EB, disse vir à escola porque gosta muito de computadores e, segundo seu professor da sala de AEE, seu aprendizado é estimulado através de figuras e jogos. Todos os outros responderam que, por um motivo ou outro, gostam do ambiente escolar, e apenas um deles, E2, da escola E1, com idade de 16 anos, relatou não gostar do ambiente, tampouco dos professores.

Perguntado sobre a sua relação com os colegas, respondeu que prefere os que convivem com ele, fora dali. No intervalo fica no pátio com alguns colegas da turma e demonstrou claramente que não se sente a vontade ao lado do seu segundo professor. Adolescente extremamente tímido e acuado, disse não ter namorada, mas os pais permitem que saia a noite com os colegas, mas que segundo ele, com horário para retornar. O estudante E2 não compreende as perguntas de imediato, necessitando de tempo para processar a interrogação. Percebi que olhava muito para o segundo professor e este devolvia o olhar com descontentamento, como se fosse uma máquina que apresentou problemas de funcionamento. A situação se fez mais delicada quando questionado sobre as atividades que eram feitas em sala de aula, se os professores regentes adaptavam os conteúdos para que ele pudesse acompanhar o andamento da turma no aprendizado. Ambos, professor e aluno não responderam.

Neste processo de desenvolvimento da pesquisa, pude perceber que alguns alunos se compreendem como deficientes e outros simplesmente não aceitam. Foi o caso do aluno E3, da E2. Quando mencionava a palavra deficiência, ele perguntava à segunda professora, o porquê de estar falando nestes termos, uma vez que ele não era deficiente. A não aceitação da deficiência não aparece somente entre os alunos assistidos, pois este aluno, apesar de ter aulas diferenciadas e ter um segundo professor, não se reconhecia como tal, mas aparece também no comportamento dos responsáveis. Em nenhum momento o estudante se admitia deficiente. Perguntei então ao professor da sala de AEE, se o entrevistado morava com os pais e se estes eram presentes na educação escolar do mesmo. Segundo o professor, os pais o tratam como realmente deve ser tratado, com igualdade, mas que deixam um pouco de lado questões como as aulas extras que deveria ter e tratamentos disponibilizados. Estes tratamentos são gratuitos, mas que a família não dispensa tempo para encaminhá-lo. Caso apresentado na E1, com dois dos alunos entrevistados. O primeiro, E1, com 13 anos, diagnóstico de TDAH, relatou muito extrovertidamente, ter problemas ao assimilar o conteúdo apresentado, porém pergunta aos professores e têm muitas amizades em sala de aula, na qual pode pedir auxílio, porém seus pais não aceitam sua deficiência (fala do segundo professor), mesmo com o laudo médico.

Segundo o professor que a acompanhou na entrevista, é necessário que ela frequente a sala de AEE, no entanto, não comparece. Quando foi indagada

sobre as atividades avaliativas que apresenta aos seus professores, a adolescente desconversou, mudou de assunto. Disse que alguns professores não dão a ela, atividades adaptadas às suas necessidades, logo, nem a segunda professora. Deixou claro que, mesmo assim, recebe nota 7,0 em todas as avaliações. Perguntada como isso acontece, a professora que a acompanha esboçou um sorriso.

Na mesma escola, um fato me chamou muito atenção. O caso do estudante E4, com diagnóstico de Encefalopatia aguda não específica, atraso psicomotor e DI sem traços de autismo. O aluno sentou-se em minha frente e me olhava fixamente. O seu professor nos deixou a fim de ir buscar seu laudo na secretaria da escola. Enquanto isso, sem saber de sua deficiência, me apresentei e fiz algumas perguntas a ele. Tentativa em vão, seu olhar continuava fixo aos meus e isso me deixou desconfortável. Era preciso que eu repetisse três ou quatro vezes a mesma pergunta, em tom baixo, sorrindo. De repente ele respondia uma palavra, duas. Ele sorria. Consegui que respondesse a quase todas as perguntas que fiz, se gostava da escola, sorriu e disse “ não”. Quando o perguntei o porquê de não gostar da escola, ele, com dificuldade me disse que não entendia “as coisas”. O adolescente tem semblante paralisado. Quando seu professor retornou, ele baixou a cabeça e não mais respondeu a nenhuma de minhas perguntas.

O estudante é eletivo à sala de AEE, porém o pai não o traz. No ano de 2014 frequentava a APAE duas vezes por semana, segundo o professor que o acompanha, não tem informação de que ele esteja frequentando este ano de 2015. Seu professor fez críticas aos colegas regentes, mas não apresentou formas de mudar o quadro instalado. O E4 não se continha para ir brincar, sair da mesa onde estávamos. Seu professor acompanha na mesma classe, o E2. Ambos com deficiências distintas, que necessitam de apoio integral e particular, porém o sistema funciona de outra forma. Um professor pode atender até dois alunos com deficiência. Minha pesquisa não foi elaborada diretamente para professores, mas em virtude dos fatos, não pude deixar de fazer algumas perguntas que surgiram a partir de repente.

Indagado como procede com os alunos assistidos, o segundo professor relatou que o E2 copia as atividades do quadro, enquanto o E4, apenas pinta os desenhos que lhes são entregues e que consegue finalizá-los sem ultrapassar a linha. Uma atividade que justificou a resposta do estudante quando disse que não gosta da escola. Ano após ano ele pinta imagens e não ultrapassa a linha. Onde

estão os professores regentes e equipe pedagógica da escola? Certamente o estudante gostaria de entender dentre tantas coisas, o porquê de tantas imagens para colorir, enquanto seus colegas interagem, desenvolvem e criam cada um em seu tempo.

Em uma conversa com a mãe do E4, o professor relata que a mesma se decepcionou quando soube que seu filho teria mais um ano na escola, pois pensou que ainda se tratava de “série” e não “ano”. Tendo assim que cursar o nono ano para, então, ir para o Ensino Médio. Ela simplesmente disse que não, que ele ficaria em casa depois de concluída esta fase. Que não há nada para aprender, estando na situação que está, ou seja, os principais interessados não acreditam na capacidade daquela pessoa. Não podemos apenas apontar culpados, pois a cultura influencia nas atitudes e pensamentos, mas a escola tem o papel fundamental de esclarecer sobre estas questões, mas o que vemos é um fardo pesado demais para um e outro carregarem.

Casos como o desses pais e alguns professores, são vistos com frequência nas escolas, porém o que se pretende ao inserir a proposta de inclusão, é que haja comprometimento de ambas as partes e de que a inclusão não seja algo que se tenha conhecimento apenas na teoria, mas na prática. Quando se fala em inclusão, falamos de acessibilidade, de propiciar o aprendizado, de desenvolver habilidades, acreditar no potencial de cada estudante. Vemos, porém, uma massificação da teoria e um abate das práticas tão relevantes a estes seres humanos carregados de desejos e sonhos. Desejo de ser observado como possível, como relevante. Sonho de ser ouvido e entendido por quem os rodeia. Tantos anseios circulando nas escolas, deixa claro que alguém não está fazendo o seu papel.

Ao entrevistar o professor da sala de AEE da EB, tive a nítida impressão de que o caminho está sendo trilhado. Apesar do pouco recurso disponibilizado aos alunos assistidos, o professor desenvolve materiais de apoio, segundo suas experiências e pesquisas. Totalmente comprometido e entusiasmado, explicou-me como procede com cada estudante, suas maiores dificuldades progressos obtidos durante o tempo que permanece ali. A sala é bem equipada e o professor tem acesso a todos os laudos e documentações de cada um dos estudantes. O carinho com que trata os alunos é nitidamente observado e retribuído pelos mesmos. Fala com calma, explica, escuta, pergunta.

Durante a entrevista, um de seus alunos, E2, manifestou um gesto de carinho tão fraterno ao seu professor. Diagnosticado com deficiência múltipla, gritava para que o docente se aproximasse dele. Sabendo exatamente o que ele queria, o professor se aproximou. A criança pegou sua mão com dificuldade, levantou-a até a altura da boca e tentou encostá-la. O professor disse que ele é muito ciumento e quando percebe alguém diferente na sala, expressa este sentimento chamando-o para seu lado. Ele ria de contentamento e começou a gritar. Estes gritos representavam o pedido de água. Carinhosamente o professor retirou da bolsa do garoto, sua garrafinha, uma toalhinha bordada com seu nome e deu-lhe de beber. Deixou-me de lado por aqueles momentos e a dedicação total ao garoto foi o que mais importava, uma atitude que eu buscava presenciar em todos os locais que precisei ir para a elaboração deste trabalho. Seu olhar e seus gestos, a comunicação com aquela criança tão dependente de cuidados foi o que me fez acreditar que algo está sendo feito por eles. Qualquer atitude que fosse tomar cada passo que desse, era previamente dito, como se estivesse preparando o aluno para aquele próximo passo. Pude lembrar algumas falas de outros professores que tive o prazer de conviver, onde relatavam terem vivido experiências desagradáveis, tais como presenciar o total abandono e descaso com crianças e adolescentes por seus professores de sala de aula. Não comunicavam, nem conversavam com seus assistidos, levando-os de um lado para o outro como marionetes.

O respeito deveria ser o principal ingrediente para a convivência harmoniosa entre as pessoas. Quando deixamos os valores se confundirem, tudo fica mais difícil. Quando passamos a ver o outro como um material e não como pessoa capaz de pensar e sentir, deixamos de levar à frente o ideal de humanização, de crescimento pessoal enquanto ser humano. A inclusão dessas crianças e adolescentes nas escolas regulares não deve ser baseada apenas na aplicação da Lei que obriga este procedimento, mas muito, além disso, exige reconhecimento e dedicação. De um lado vemos um professor que se dedica a enriquecer o desenvolvimento de seus alunos a partir de técnicas, confecções de materiais, mesmo que para isso, tenha que investir por conta própria. De outro lado, alguém que apenas assina o ponto da escola, senta ao lado do estudante e ponto final. A inclusão deve partir do respeito e compromisso com aqueles meninos e meninas colocados sob nossa responsabilidade, não podendo assim, nos deixar

vencer por um laudo médico que limita aparentemente os nossos alunos. Se assim for, estaremos nos deixando vencer pela omissão.

CONSIDERAÇÕES PARA ESSE TEMPO

Com a pesquisa percebi que os estereótipos, rótulos e preconceitos encontrados ainda hoje dentro das escolas, tornam a inclusão, assunto cada vez mais delicado e necessário. A partir deste panorama, é cada vez mais importante, a elaboração de políticas públicas que se voltem à formação inicial do docente, uma vez que este estará ligado diretamente ao estudante.

Percebi, também, um fato positivo que mostra o avanço da inclusão. Conversei com 9 estudantes, com diagnósticos diferenciados, 5 com deficiência intelectual, 1 com autismo, 1 com deficiência múltipla e 2 com Transtorno de Déficit de Atenção, essas são crianças e adolescentes, não mais segregados somente em suas casas e nas relações familiares. Isso, é algo que nos difere de uma realidade não muito distante. Contudo, temos desafios que ficam muito evidentes na fala do estudante que me diz: **___ não gosto da escola porque não entendo ‘as coisas’** .

A escola e a sala de aula, são os locais propícios para o reconhecimento da diversidade e para a inclusão daqueles que apresentam uma deficiência, porém é preciso, mais que estar no espaço.

Para isso, penso que a formação continuada possibilitará pensar os sujeitos a partir de suas potencialidades e pensar modos individuais de ensino e de aprendizagem. Quando tivermos este conhecimento como norte das ações, poderemos afirmar que a inclusão e está sendo efetivada de fato e não apenas de direito. Vivemos uma época onde a educação regular se instala como um desafio que nos encara dia após dia e nos obriga a expandir nossas práticas pedagógicas a fim de atingirmos o maior objetivo, garantir o aprendizado do nosso aluno.

Muitas dúvidas, porém, tenho certeza ainda ficarão no ar, pois a inclusão é um processo. Outras, porém foram respondidas a cada pergunta sem resposta, a cada vez que os olhos baixaram e o breve sorriso se instalou no rosto daquela criança, daquele adolescente. Entrevistar as crianças me encheu de empatia, de

carinho, de afeto. Despertaram em mim, sentimentos de cumplicidade, pois todos temos diferenças que devem ser respeitadas. Entrevistar os adolescentes me trouxe à realidade do passado. Uma realidade crua, não lapidada, em um tempo remoto. A pesquisa se transformou em dado momento, num filme, daqueles que você escolhe personagem, escolhe espaço e tempo, mas não tem o poder de escolher o final.

Por várias vezes, a pesquisa deixou de ser algo científico e se tornou uma parte de minha vida que merece ser contada minuciosamente, enriquecida de detalhes, a tantas pessoas quanto puder ser ouvida.

Tal qual um filme, o caminho da inclusão apresenta os protagonistas e antagonistas, ambos participantes da mesma história. Nossos alunos entrevistados não são diferentes dos outros, ditos “normais”, aqueles sem laudos. São crianças que gostam de aulas divertidas, de professores comprometidos com sua classe, são alunos que acham algumas disciplinas muito chatas e que muitas vezes não entendem os conteúdos. Nossas escolas estão cheias de estudantes assim. Porém, há um diferencial nestes atores, talvez aquilo que mais perturbe a paz dos autores deste filme: a necessidade de atenção e (re) conhecimento.

A inclusão sob o olhar do deficiente, indagação norteadora desta pesquisa, é algo que precisa ser cada vez mais estruturado e ouvido. Inclusão precisa ser algo que ouça, sinta, viva a dificuldade do outro, que seja vista não através de lentes, por trás das câmeras ou das carteiras de salas de aula. Nossos alunos precisam ser reconhecidos como realmente o são: capazes de serem autônomos, escritores de sua própria história. Nossos alunos precisam ser acolhidos, e isto não cabe apenas ao professor de sala de aula, ao segundo professor que o acompanha, mas por toda a escola, pelos pais, pelas merendeiras, funcionários e colegas em geral. A inclusão para ser aplaudida pelo público com louvor precisa ser efetuada no dia-a-dia, na rua, no refeitório, na emancipação do aluno, na elaboração de projetos que priorizem estes estudantes.

Ao final, concluo que nossos estudantes com necessidades educativas especiais ainda não têm seu espaço no convívio escolar. E espaço quer dizer participação no coletivo, não somente a sua carteira colada ao do segundo professor. Ainda precisam de um papel principal neste filme. Como em toda a obra que busca a perfeição, a história de vida destas personagens, são enriquecidas de desejos e objetivos, restando apenas a mão de escritores comprometidos, capazes

de dar vida à cada uma delas para assim, podermos todos, levantar o Oscar da inclusão educacional.

REFERÊNCIAS

- BEZ, Volnei Martins. O Ocaso dos mitos. In: **Revista Vivência**. Fundação Catarinense de Educação Especial. n. 14, p. 5-9. São José, SC.
- CROCHIK, José Leon. **Preconceito**: indivíduo e cultura. São Paulo: Robe Editorial, 1997.
- Goffredo, Integração ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro. *Integração*, 4(10), 118-127. V. 1992.
- Manzini, E. F. Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador? *Temas sobre desenvolvimento*, 7(42), 52-54 . 1999.
- PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1984.
- RAMOS, Conrado. A Indignação dialética: Paixão e Resistência, Em Maria Helena Souza Patto.
- STAIMBACK S.; STAIMBACK W. *Inclusão: Um guia para Educadores*. Porto Alegre, Artmed, 1999.